

## RESUMO - CIÊNCIAS CONTÁBEIS

### **ELISÃO E EVASÃO FISCAL NO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: IMPLICAÇÕES LEGAIS, SOCIAIS E ECONÔMICAS**

*Valquiria Pereira Barbosa (valquiria.barbosa@unemat.br)*

*Agilson Poquiviqui (a.poquiviqui@unemat.br)*

O planejamento tributário é fundamental para a sustentabilidade financeira das empresas, especialmente diante da elevada carga fiscal no Brasil. Nesse contexto, destacam-se duas práticas: a elisão, que reduz tributos de forma legal, e a evasão, que se caracteriza pela sonegação e fraude. Ambas impactam diretamente a arrecadação pública, a competitividade e a justiça fiscal. A pesquisa é qualitativa e baseada em revisão bibliográfica, utilizando artigos científicos, livros especializados e documentos oficiais de órgãos como Receita Federal, IBGE e tribunais. O recorte temporal priorizou publicações recentes (2024-2025), permitindo analisar os efeitos da elisão e evasão fiscal no cenário atual, com foco no ICMS em Mato Grosso e Nova Mutum. A elisão fiscal, embora legítima, pode gerar distorções quando aplicada de forma abusiva, aproximando-se da evasão. Já esta última compromete a arrecadação, prejudica políticas públicas e amplia desigualdades sociais. Do ponto de vista econômico, a elisão pode favorecer a competitividade empresarial, enquanto a evasão corrói a base tributária e desequilibra o mercado. Socialmente, a evasão reduz recursos destinados a áreas essenciais como saúde e educação. O estudo demonstra que a fronteira entre elisão e evasão fiscal é tênue e frequentemente depende da interpretação jurídica. Enquanto a elisão, se bem aplicada, pode contribuir para eficiência tributária, a

evasão representa prática lesiva ao Estado e à sociedade. A análise reforça a importância de políticas públicas claras e de profissionais capacitados para garantir um planejamento tributário responsável.

Palavras-chave: elisão fiscal; evasão fiscal; planejamento tributário; justiça fiscal.